



**Anexo III - Declaração dos Arts. 26 e 27 do Decreto Nº 8.726, de  
2016, e do Art. 39 da Lei nº 13.019 de 2014.**

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC] nos termos dos arts. 26, caput, inciso VII, e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016 e art. 39, incisos III ao VII, da Lei nº 13.019, de 2014, que os seus dirigentes abaixo relacionados, a saber:

*[relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, e-mail, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles]*

- I – não são membros de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;
- II – não são cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de quaisquer membros de Poder ou do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;
- III – não tiveram as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- III – tiveram as contas rejeitadas, mas demonstraram, nos termos do art. 39, IV, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei nº 13.1019, de 2014, que:
  - III.1 – a irregularidade que motivou a rejeição das contas foi sanada e que os débitos eventualmente imputados foram quitados;
  - III.2 – a decisão de rejeição das contas foi reconsiderada ou revista;
  - III.3 – a decisão sobre a apreciação das contas está pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- IV – não foram punidos com as seguintes sanções:
  - IV.1 – suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
  - IV.2 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
  - IV.3 – a prevista no art. 73, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014;
  - IV.4 – a prevista no art. 73, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014;
- IV – foram punidos com as sanções previstas no art. 39, inciso V, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei nº 13.019, de 2014, mas o período que durou a penalidade já se exauriu;  
(vide Nota Explicativa nº 04)
- V – não são pessoas que, durante os últimos 08 (oito) anos:
  - a) tiveram suas contas relativas a parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
  - b) foram julgados responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
  - c) foram considerados responsáveis por ato de improbidade;
  - c) foram consideradas responsáveis por ato de improbidade, mas os respectivos efeitos, nos prazos previstos no art. 12, incisos I, II e III, da Lei nº 8.429, de 1992, já se exauriram.

**LOCAL E DATA.**

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE.**

(Nome do Representante Legal da OSC)

(CPF do Representante Legal da OSC)

(Cargo do Representante Legal da OSC)